

A Liga Brasileira pelos Aliados e o Brasil na Primeira Guerra Mundial

LIVIA CLARO PIRES*

Em 1914, eclodiu na Europa a Primeira Guerra Mundial. Inicialmente, seis países participavam do conflito. No entanto, todo o mundo ocidental viu-se envolvido no confronto, em uma série de debates envolvendo o tema das nacionalidades, suas atuações e posicionamentos no cenário internacional. Principalmente, se ao lado da Tríplice Aliança ou da Tríplice Entente estaria o futuro do mundo moderno. O Brasil não ficou de fora de tal contenda. O presente trabalho propõe a exposição das discussões desenvolvidas entre os intelectuais brasileiros do Rio de Janeiro à época do confronto, através da atuação da Liga Brasileira pelos Aliados. Além disso, pretende-se a análise de sua relação com os esforços para a aproximação entre Brasil e Portugal, notavelmente através do projeto da revista *Atlântida*, por meio da propagação da ideia do *perigo alemão*.

A Primeira Guerra Mundial, sob muitos aspectos, foi considerada pelos que a vivenciaram como um acontecimento único na história da humanidade. O mundo estaria modificado profundamente ao seu término, e os seus contemporâneos a perceberam como um momento decisivo para o desenvolvimento de seus países. O cenário político internacional estaria dividido entre vencedores e derrotados, todos sendo obrigados a lidar com as conseqüências das escolhas feitas e dos apoios delegados. Os combatentes lutavam pela garantia de seu progresso e pelo futuro de seus países, tanto econômico e politicamente, quanto cultural e socialmente. Os soldados tinham sobre os seus ombros, não apenas o peso de defenderem a pátria e a própria vida, mas a responsabilidade de batalharem pela sobrevivência de toda uma civilização.

O caráter extremista do conflito seria percebido nos debates intelectuais dele derivados. As grandes potências digladiavam-se nos campos de batalha e suas sociedades eram arrastadas em um torpor de patriotismo e nacionalismo. Os embates intelectuais ao longo da guerra envolviam conceitos como civilização, nacionalidade, barbárie e raça. Os países combatentes acusavam-se mutuamente de cometerem atos de barbarismo ou de representarem o fim da civilização moderna. A intenção era denegrir ao máximo a

imagem do inimigo para angariar o apoio da opinião pública, justificando as ações perpetradas contra o oponente e a submissão programada para o final do conflito. O Império Alemão, por exemplo, era constantemente representado como uma nação de bárbaros, pretendendo espalhar a escravidão e a irracionalidade pelo mundo. Lutar contra o Reich e seus aliados significava defender o futuro e o progresso da humanidade, ameaçado seriamente pela possibilidade da vitória inimiga. No artigo reproduzido pelo *Jornal do Comércio*, publicado originalmente no periódico inglês *The Spectator*, podemos exemplificar esse posicionamento, que afirmava a destruição da Alemanha como única ação cabível como projeto de paz:

São porventura incapazes de ver que se não conquistarmos a Alemanha, e por nossa indolência e humanitarismo doentio, deixarmos que ela nos conquiste, terá triunfado a causa do mal? O Universo, agrilhado ele todo, será como uma vasta e apavorante prisão para os inimigos do Kaiser, um lugar onde nenhum homem poderá chamar sua a sua própria alma, um inferno sobre a terra, para todos os que amam a luz e a liberdade. (s/d: 1916: 2)

A intelectualidade brasileira assumiu o debate desenrolado na Europa, com todas as suas questões, acrescido de qual seria o lado que traria maiores vantagens ao Brasil diante das grandes potências mundiais. As opiniões divergiam entre aqueles que defendiam o alinhamento brasileiro com a causa aliada – chamados de *aliadófilos* -, os que pretendiam uma aliança entre Brasil e o Império Alemão – os *germanófilos* -, e aqueles que afirmavam ser a neutralidade brasileira a decisão mais certa a ser tomada. Todos esses grupos, no entanto, tinham a plena consciência que, qualquer que fosse o posicionamento brasileiro no conflito, o país encontrava-se em um momento decisivo de sua política internacional, onde interesses mundiais fundiam-se com as necessidades nacionais. O direcionamento do Brasil seria crucial para a determinação de seu papel no cenário das relações internacionais do pós-guerra, assim como a alcunha definitiva de “nação civilizada”.

Tais debates desenrolavam-se nas páginas de periódicos fluminenses, como o *Jornal do Comércio* e o *Jornal do Brasil*, onde colunas e cartas endereçadas às redações dos jornais a respeito do conflito eram publicadas na íntegra, dia após dia. Em suas falas na imprensa, os partidários da neutralidade brasileira reconheciam a

fragilidade da manutenção dessa posição, devido às pressões externas e, principalmente, internas. No entanto, combatiam os argumentos dos intelectuais brasileiros defensores da entrada do país na guerra, acusando-os de falta de patriotismo, pois afirmavam ser a neutralidade a única posição capaz de atender aos interesses do país. Nas notas e comentários dos germanófilos, por sua vez, o Brasil alcançaria o progresso ao lado dos alemães, representantes do inédito e da inovação técnica, contra a antiga hegemonia econômica exercida pela Inglaterra e a preponderância intelectual da França. Para os *germanistas*, a Alemanha era sinônimo de renovação, e o Brasil teria muitas vantagens econômicas e políticas a angariar caso optasse pelo apoio à causa desse país no conflito.

Os aliadófilos acreditavam estar o Brasil em melhor situação caso aderisse à guerra ao lado da França, Inglaterra e demais países participantes da Tríplice Entente. Ruy Barbosa, Graça Aranha, Paulo Barreto e Olavo Bilac são algumas importantes personalidades brasileiras integrantes da corrente defensora da entrada do país na Primeira Guerra ao lado daqueles que, segundo suas opiniões, representariam o verdadeiro ideal de liberdade e democracia para o mundo, defendendo-o contra a barbárie germânica. Admiradores da cultura francesa e do ideal de latinidade, em geral tal grupo era composto por escritores, políticos e jornalistas, concentrados em sua maioria no Rio de Janeiro. Esses intelectuais pretendiam o rompimento de toda e qualquer relação com o Império Alemão e seus parceiros no combate, e o alinhamento definitivo do Brasil ao lado dos Aliados.

Dentre os argumentos usualmente utilizados por esse grupo, estava a ideia de oposição entre a civilização latina e a civilização germânica. Desconsideravam qualquer elemento positivo vindo da cultura germânica, ressaltando seus aspectos de conquista e devastação, sua atitude predatória para com as demais, principalmente em relação à civilização latina. Esses intelectuais invocavam a história para corroborar os seus argumentos, procurando demonstrar como, desde a Antiguidade, com o assalto do Império Romano pelas tribos nômades, a civilização latina encontrava-se ameaçada pelo furor germânico de conquista. A Alemanha, principal reduto desta cultura, era vista como um país de bárbaros, arrebatada constantemente de ímpetos dominadores que ameaçava a humanidade como um todo e a civilização latina, em particular, buscando a sua completa aniquilação. Por essa razão, França e Inglaterra lutavam, não por seus

interesses particulares, mas pela salvação de toda a *latinidade*, de acordo com seus argumentos, tingindo a Primeira Guerra com cores maniqueístas.

Em consonância com as demais correntes de pensamento aliadófilo na Europa, a solução que visualizavam e defendiam ardorosamente era o aniquilamento total do Império Alemão, de modo que este jamais pudesse representar novamente qualquer tipo de ameaça à liberdade e à civilização. Assim, o Brasil, enquanto pertencente à cultura latina, deveria demonstrar apoio para com seus pares. E, assim, interpretavam como um gesto nítido de hostilidade para com o país cada navio mercante brasileiro posto a pique por um submarino alemão, e exigiam, através das colunas e artigos publicados nos jornais cariocas, retaliações à altura. O posicionamento ativo diante de qualquer agressão seria uma demonstração da solidez da nacionalidade brasileira, da capacidade do Brasil em não se deixar acovardar por imperativos de potências consideradas por esses intelectuais como inimigas.

Sob a perspectiva aliadófila, a neutralidade era uma prova de covardia. Os países que a adotavam omitiam-se perante a responsabilidade de defender o considerado “mundo livre”, sacrificando um dever em razão de propósitos de cunho econômico. Alguns desses intelectuais interpretavam tal ato como sinônimo de compactuação com os interesses alemães e seus atos de guerra, conforme afirma Reis Carvalho, em artigo publicado no *Jornal do Comércio*, em razão do torpedeamento por submarinos alemães do navio brasileiro Rio Branco:

A hecatombe produzida pela inércia e tibieza dos governantes de todos os países não é só um crime alemão, é também um crime dos neutros. Quem cala, consente, já o disse a sabedoria popular. Pois bem, os neutros calaram, os neutros consentiram. (CARVALHO, 1916: 3)

O Brasil não era poupado em tais críticas e condenavam o posicionamento do país no conflito, atribuindo-o ao receio de represália alemã e da suspensão dos acordos econômicos. Assim o demonstra o artigo de Graça Aranha, publicado no *Jornal do Comércio*, quando fala a respeito da abstenção brasileira:

Que é que nos retém em dar todo o nosso auxílio positivo aos aliados? Os interesses!... Então, por consideração a alguns traficantes boches das nossas grandes cidades e por consideração às colônias alemães esparsas em nosso

território, mentiríamos o nosso passado, renegaríamos o nosso ideal, repudiaríamos os nossos deveres para com essa nobre civilização que nos foi dada no sangue dos nossos antepassados europeus? (ARANHA, 1916: 3)

O Brasil, como integrante da civilização latina, possuía, na concepção desses intelectuais, a obrigação de postar-se ao lado dos Aliados e romper relações com o Império Alemão. F. Mendes de Almeida Júnior afirma categoricamente que o governo de Wenceslau Brás, deixou-se intimidar pelo Segundo Reich ao não se colocar ao lado da França e da Inglaterra no conflito. Em artigo publicado no *Jornal do Comércio*, em 22 de janeiro de 1916, afirmou:

O governo brasileiro julgou necessário desde o início da luta européia em 1914 declarar que conservava uma atitude absolutamente neutra entre os beligerantes. Isto é, o governo do Brasil, temendo represálias comerciais, financeiras ou talvez mesmo materiais do Império Germânico, não quis ter a coragem de afirmar a sua solidariedade ao mundo moral, com os princípios de direito aos quais o seu Embaixador em Haya em 1907, deu o apoio solene de sua assinatura. (ALMEIDA, 1916: 9)

Sobre os intelectuais que se punham ao lado da Alemanha, os aliadófilos emitiam opiniões duras. Afirmavam serem estes uma representação minoritária da opinião pública brasileira sobre o conflito, de maneira geral enredados pelo progresso econômico alemão e sua produção cultural. Novamente, F. Mendes de Almeida Júnior fez a seguinte declaração sobre os *germanófilos*:

Poucas foram as vozes dos que maravilhados pelo esplendor das armaduras luzidias dos teutões, se deixaram iludir por tais aparências e preferiam entoar hossanas em louvor das hordas que iam conscientemente atacar e tentar destruir as mais belas concepções da mentalidade humana [...]. O ouro germânico ou a covardia moral entre os brasileiros uma meia dúzia de ovelhas desgarradas: a ignorância determinou algumas deserções do bom campo, e, umas e outras, para maior punição delas, tiveram para chefá-las elementos completamente estranhos à nossa nacionalidade. (ALMEIDA, 1916: 9)

Os *germanófilos* eram acusados de suplantarem os interesses pelo progresso do Brasil em nome de vantagens econômicas individuais. O amor pela pátria e o orgulho nacional seriam supostamente renegados por estes. Buscando combater esse grupo, e, principalmente, convencer, o governo brasileiro e a opinião pública, os *aliadófilos* orquestraram diversas mobilizações para promover a *causa aliada*. Foram organizados pelo país vários grupos de apoio à França e seus coligados na guerra, como o Comitê dos Aliados no Estado da Bahia, e a Liga pelos Aliados, no Rio Grande do Sul. Eram grupos que reuniam, em sua maioria, intelectuais, e realizavam propaganda dos países aliados e críticas aos Impérios Centrais.

Dentre esses grupos, havia a chamada Liga Brasileira pelos Aliados, a partir de agora referida apenas como Liga Brasileira Foi fundada em 1915, no Rio de Janeiro, por José Veríssimo, Nestor Victor e Olavo Bilac, e instalada no Clube de Engenharia, localizado na atual Avenida Rio Branco. Era formada, basicamente, por ilustres intelectuais e políticos do cenário fluminense, dentre eles o poeta Alberto de Oliveira, o senador Artur Azeredo, o também senador Paulo de Frontin, o jornalista português João Luso, o urbanista Armando de Godoy, e o romancista Afonso Escragnole de Taunay. Tinha como presidente honorário o senador Ruy Barbosa, e como membro do Comitê Executivo e representante no exterior, Graça Aranha.

A Liga Brasileira foi organizada com o objetivo de promover a causa dos Aliados entre a população brasileira, direcionando sua simpatia a esse grupo de beligerantes. Em seu termo de adesão, lido aos membros por José Veríssimo quando de sua fundação, e publicado no *Jornal do Comércio*, diziam: “Por estarmos convencidos na guerra atual a verdade, a justiça e a razão que, aliadas, combatem o militarismo e o imperialismo alemães, declaramos aderir à fundação de uma liga, com o fim de prestar assistência moral e beneficência a essas nações.” (VERÍSSIMO, 1915: 2) Graça Aranha, discursando na mesma ocasião, afirmou ser o objetivo da reunião “organizar as simpatias brasileiras em prol da França” (VERÍSSIMO, 1915: 2). Almejava, também, alertar os brasileiros para a ameaça do chamado *perigo alemão*, definido como a ambição do Kaiser de apossar-se de uma parcela do território brasileiro, através das colônias alemãs localizadas no sul do país. Para integrar a Liga Brasileira, conforme foi anunciado, era necessário residir no Brasil e aderir à mesma por escrito. Aceitavam, inclusive, a participação de estrangeiros oriundos dos países neutros, desde que suas simpatias

residissem nos Aliados e contra a Alemanha, a Áustria e a Turquia. Sua atuação influenciou a criação de organizações semelhantes em outros Estados do país, como a Liga Pró-Aliados, no Espírito Santo, e a Liga Paranaense pelos Aliados, no Paraná.

A Liga Brasileira manifestava-se, sobretudo, nos jornais da então capital federal. Moções, manifestos, artigos e correspondências trocadas com autoridades da Tríplice Entente, eram, com frequência, publicados nos periódicos fluminenses, como instrumento de propaganda aliadófila. Os trâmites administrativos eram expostos, como a renúncia do professor Dias de Barros à vice-presidência, alegando falta de tempo para dedicar-se às obrigações do cargo, assim como a posterior eleição do intelectual Sá Vianna como seu substituto. Promovia-se festas, exposições e eventos, divulgando a causa aliada e atacando a atuação alemã na guerra, com a presença de artistas e intelectuais oriundos dos países aliados. Em 1916, a Liga Brasileira trouxe o artista plástico holandês Luís Raemackers, organizando uma exposição de seu trabalho, conforme nota de divulgação publicada no *Jornal do Comércio*:

A Liga inaugura amanhã, às 13 horas, numa das dependências do pavimento térreo do Liceu de Artes e Ofícios, gentilmente cedido pelo seu ilustre Diretor, Sr. Bittencourt da Silva, uma exposição de 136 famosos desenhos do artista holandês Luís Raemackers, inspirados pela guerra e condenatórios da barbárie alemã. É uma coleção de 136 zincogravuras trazidas ao Rio pelo Sr. John Bland, redator do Times de Londres [...] A entrada é franca. ([s/d], 1916: 4)

Alguns de seus eventos eram realizados com o intuito de arrecadar fundos para os Aliados. Em janeiro de 1916, promoveu um grande festival no Campo de Santana, para angariar auxílio às vítimas belgas da guerra, então ocupada pela Alemanha, e, em julho do mesmo ano, trouxe Juanita de Frézia, atriz francesa, para a realização de uma palestra sobre os efeitos da guerra, conforme a divulgação feita no *Jornal do Comércio*. A Liga Brasileira organizou comemorações da Queda da Bastilha, no Teatro Lírico, doando metade da renda dos ingressos aos soldados franceses cegos em decorrência das batalhas. Aproveitou a ocasião o deputado Irineu Machado para tecer duras críticas aos alemães, evidenciando suas ameaças à humanidade, e exaltar a França como representante maior

da civilização latina, com quem o Brasil teria vínculos indissolúveis. Em discurso publicado no *Jornal do Comércio*, disse:

Minhas senhoras, meus senhores. Quis a Liga dos Aliados que me coubesse a honra de enviar a sua saudação à França, à grande França de 1916. [...] A data de hoje [...] é também um dia de júbilo popular porque significa o valor da influência francesa sobre a evolução política do nosso país e a profunda ação das idéias, do pensamento, da cultura em uma palavra – da civilização francesa na formação da nossa mentalidade e da nossa alma nacional. [...] Enquanto a França domina o coração e a inteligência dos homens e dos povos, os cientistas alemães se esforçam vãmente em conquistar a hegemonia germânica no globo: mas como os processos prussianos são os da má fé e o da violência, o da força [...] A Alemanha não pode ser amada na terra. (MACHADO, 1916: 4)

Houve, claro, oposições a tais ações e manifestos. Lima Barreto, antigo membro da Liga Brasileira, a chamou, ironicamente, de “sociedade musical e dançante” (AZEVEDO, 2001: 203), devido ao número de atividades culturais que a entidade promovia. Após a morte de José Veríssimo, o jornal fluminense *O Imparcial* acusou a Liga Brasileira de afastar-se dos ideais defendidos por seu fundador, o que teria ocasionado a saída de vários dos seus membros, como Dias de Barros, Afrânio Peixoto e Nestor Victor, e de colocar as conveniências dos Aliados acima dos interesses nacionais. Assim o diz, em artigo reproduzido no *Jornal do Comércio*:

Desde, porém, que a Liga com outros orientadores, dentre os quais há apenas um ou dois nomes de responsabilidade, toma outro rumo, tentando comprometer os interesses nacionais e desvirtuando a sua missão com incursões em terrenos que lhe são vedados, parece que a instituição não pode mais usar dos nomes de que a princípio se prevaleceu, e deve esclarecer quais são, realmente, os responsáveis pelas suas deliberações atuais. ([s/d], 1916: 4)

A mesma acusação foi feita por Afonso Bandeira de Mello, em artigo publicado no mesmo periódico: “pois que numa série de artigos anteriores sobre o mesmo assunto

penso ter deixado assaz provada a inutilidade da Liga para a causa dos Aliados, bem como a sua ação perniciosa para os nossos interesses.” (MELLO, 1916: 3)

A entidade mantinha estreitas ligações com a intelectualidade aliadófila européia e recebia apoio destes, principalmente dos franceses. Graça Aranha atuou como representante do Comitê Executivo da Liga Brasileira em muitos eventos intelectuais na capital francesa, como em um almoço do Comitê Franco-Brasileiro, em 1916. Arthur Azeredo, seu vice-presidente, foi cumprimentado pelo deputado – e germanófilo francês – Maurice Barrés, e pelo presidente da Câmara dos Deputados da França, Paul Deschanel, em ocasião de sua reeleição como vice-presidente do Senado brasileiro. As manifestações da Liga Brasileira sobre fatos da guerra eram noticiados em artigos no exterior, como o do especialista francês em América Latina, Louis Guillaîne, a respeito do caso dos navios alemães ancorados em portos brasileiros, noticiado pela agência de notícias Havas e publicado no *Jornal do Comércio*:

Pareceria aos demais estranho que o Brasil, por causa dessa concessão justamente qualificada de humilhante e injuriosa pela Liga dos Aliados do Rio de Janeiro, renuncia-se ao soberano direito e ao exercício das suas próprias leis, por diferenciar para com um país que não se preocupou de lhe resguardar as legítimas suscetibilidades, os interesses da sua vida econômica. ([s/d], 1916: 1)

Notas publicadas na imprensa brasileira transpareciam ser a Liga Brasileira reconhecida como a expressão da opinião pública brasileira, como no caso do artigo publicado na revista *Dépeche de Toulouse*, escrito pelo historiador François Aulard, em ocasião do discurso de Ruy Barbosa em Buenos Aires. Em nota publicada no *Jornal do Comércio*, é feita a seguinte afirmação:

Diz o Sr. Aulard que foram os bem sucedidos esforços da Liga pelos Aliados que criaram o estado de espírito de que se gerou aquela manifestação. Cita os membros diretores da Liga, prestando homenagem à sua atividade fecunda e à sua inteligência, e descreve a maneira como a Liga ampliou o movimento da simpatia que já naturalmente existia pela França. ([s/d], 1916: 1)

A Liga Brasileira trocava frequentemente correspondências com diplomatas e embaixadores de países aliados. Nestas cartas havia agradecimentos pelas demonstrações de apoio à causa aliada e por doações aos soldados no *front*, felicitações pelo aniversário de estadistas, e condolências pela morte de alguma personalidade importante. As correspondências eram divulgadas pela própria Liga Brasileira nos periódicos fluminenses, e através delas, percebemos que a entidade servia, também, aos interesses propagandísticos dos governos franceses e ingleses. Seu apoio era requisitado para afirmar à população brasileira a luta dos Aliados pela justiça e liberdade do mundo contra as ameaças de dominação germânica. Em carta publicada no *Jornal do Comércio*, enviada pelo embaixador inglês no Brasil, Arthur Peel, era encomendando à Liga 500 exemplares da conferência *L'Amérique en face de la conflagration européenne*, de Sá Vianna, para ser utilizada como propaganda. Assim dizia a correspondência divulgada: “O Ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha considera que a tese que desenvolveste dá apoio moral de um grande valor à causa da justiça e, por esse motivo, S. Ex. deseja fazer onde ela ainda não está conhecida (...)” (s/d, 1916: 6). Pedido prontamente atendido pela Liga, que reimprimiu a conferência e distribuiu-a em jornais e revistas – tanto nacionais, quanto estrangeiros - e em sua sede, gratuitamente. Esta não seria a última publicação com intenção propagandística promovida pela Liga Brasileira. Em junho de 1917, chegava ao Brasil o livro *Le plan pangermaniste démasqué: Le redoutable piège berlinois de la partie nulle*, escrito pelo jornalista francês André Chéradame.

Ao escrever o livro, André Chéradame pretendeu “documentar a opinião pública aliada e neutra acerca do plano berlinez de dominação mundial” (CHÉRADAME, 1917: LXIV). O plano pangermanista teria sido formulado primeiramente em 1895, e modificado em 1911. Seu objetivo era a formação da Confederação Germânica da Europa Central, composta por países do Leste Europeu, incluindo a Áustria-Hungria. O plano incluiria a absorção da França e da Rússia, a transformação da Itália e dos Balcãs em satélites de Berlim, e a tomada das colônias africanas da África. O Brasil seria especialmente cobiçado pela Alemanha, segundo as afirmações do autor. Uma parte considerável dos alemães residentes na América do Sul estaria concentrada no sul brasileiro, nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, para onde, afirma Chéradame, o Império Alemão reservaria a quantia de 500.000 marcos para o

estabelecimento e recrutamento do pessoal das escolas alemães fundadas nesses Estados. Afirmou:

Mas é no Brasil, principalmente, cuja parte meridional é muito especialmente cobiçada pelos alemães, que se torna deverás interessante contraprovar a evolução de tais idéias. [...] Nestas ricas províncias, os alemães, conservando a língua, as tradições, os prejuízos da metrópole, são senhores quase absolutos. [...] Os demais, isto é, 400.000 são aparentemente súditos brasileiros, mas em virtude da lei de Delbrück¹, uma considerável parte deles, ficaram sendo ou tornaram-se de novo dedicadíssimos súditos de Guilherme II. (CHÉRADAME, 1917: 294)

Sua obra possuía um caráter preventivo e era destinada aos menos letrados, para que estes adquirissem conhecimento sobre a guerra e as ameaças trazidas pelo plano berlinez. Como o próprio Chéradame declarou, era um livro de vulgarização. Além disso, pretendia alertar a opinião pública dos países aliados e neutros – principalmente a deste último – para que pressionassem seus respectivos governos a reconhecerem os perigos do pangermanismo. Segundo Chéradame, este estaria desacreditado na Europa do período pré-guerra, considerado em apenas alguns círculos restritos de intelectuais na França, na Inglaterra e na Rússia. No prefácio do livro, afirma que aqueles defensores da existência do pangermanismo passavam por fantasistas e alucinados.

O livro de Chéradame chegou ao Brasil em 1917, um ano depois do seu lançamento na Europa.² Foi trazido pela conhecida Livraria e Editora Garnier, responsável pela publicação das obras boa parte dos integrantes da Liga Brasileira pelos Aliados, como Graça Aranha, José Veríssimo e Coelho Neto. A tradução possui uma única versão tanto para o Brasil, quanto para Portugal. A edição em português possui

¹ A lei Delbrück é datada em 22 de julho de 1913, e, de acordo com a segunda parte do parágrafo 25, reproduzidos no livro de Chéradame, afirmaria: “Não perderá a sua nacionalidade de Estado todo aquele que, a seu pedido, tiver recebido antes da aquisição da nacionalidade de Estado estrangeira, a aprovação por escrito da autoridade competente do Estado (d’onde é) originário, em vista da conservação da nacionalidade de Estado. O cônsul alemão deverá ser ouvido previamente por ocasião de se conceder esta aprovação.” (CHÉRADAME, 1917: 291).

² Ao longo dos anos, o livro teve 8 edições em língua inglesa, 17 em língua francesa, e foi traduzido para o português, espanhol, russo e japonês. A publicação foi contemplada pela Academia de Ciências Morais e Políticas de Paris com o prêmio Audiffred. Alertar o mundo sobre os perigos das ambições pangermanistas tornou-se uma preocupação recorrente na bibliografia do autor desse momento em diante, publicando ainda 11 livros sobre o assunto, dentre eles, um dedicado apenas à ameaça do plano pangermanista na América - *Défense de l’Amérique*.

material extra em comparação com a edição francesa: além dos nove capítulos e dos 31 mapas, contém uma nota dos editores, evocando a “grande justeza das previsões do autor” (CHÉRADAME, 1917: s/d); um folheto, clamando aos leitores a divulgação das ideias de Chéradame para evitar a vitória alemã; o mapa do pangermanista Otto Tannenberg, ilustrando as regiões da América do Sul que seriam tomadas pelo Império Alemão; trechos de publicações onde era defendida a ocupação alemã deste continente; e o prefácio escrito por Graça Aranha, intitulado *O Brasil e o pangermanismo*. Neste, são afirmadas a ameaça germânica sobre o mundo e sobre o Brasil, em especial, que seria dominado silenciosamente através da imigração alemã e de transações comerciais e financeiras com alemães, reforçando, dessa forma, o discurso da Liga Brasileira pelos Aliados vistos nos jornais fluminenses.

Esta entidade parece estar particularmente envolvida no lançamento do livro de Chéradame no Brasil. A autoria de Graça Aranha do prefácio da edição portuguesa e a impressão desta em Paris, cidade onde o literato residia à época, indicaria uma possível intermediação de Aranha entre o jornalista francês, a Editora Garnier e a Liga Brasileira. Outros indícios apontam para essa interpretação. Ruy Barbosa recebeu, através de Auguste P. Garnier, então dono da livraria e editora, a edição francesa do livro, onde havia uma dedicatória do autor, agradecendo os serviços prestados à causa aliada. Havia um claro empenho por parte dos membros da Liga em estenderem o aviso sobre o ameaça germânica ao máximo que conseguissem, ativando para isso a sua rede de conhecidos.

O alerta de André Chéradame e da Liga Brasileira pelos Aliados para a ameaça eminente do pangermanismo e do perigo alemão encontrou eco no movimento de reaproximação entre Brasil e Portugal. Desenvolvido desde o início do século XX por intelectuais dos dois lados do Atlântico, com a intenção de estreitar os laços políticos, econômicos e culturais luso-brasileiros, esse movimento apontava a associação entre os dois países como a principal forma de se resguardarem contra as investidas imperialistas do Segundo Reich. Temendo o domínio alemão da região do Atlântico Sul, postulavam a ação unificada dos seus governos no cenário internacional, cooperando entre si no âmbito diplomático e econômico, formando uma comunidade luso-brasileira. Personalidades como o deputado João de Menezes, o historiador Henrique Lopes de Mendonça e o poeta Olavo Bilac apoiavam esse movimento, cuja faceta concreta – uma

das – é representada pela revista *Atlântida: mensário artístico, literário e social entre Brasil e Portugal*.

A *Atlântida* foi lançada em 1915 pelo político português João de Barros e pelo escritor brasileiro João do Rio, dois ardorosos entusiastas da aproximação entre Brasil e Portugal. A publicação tinha o objetivo claro e assumido por seus diretores de promover a formação de uma comunidade luso-brasileira. Os termos em que tais ideias eram defendidas não permitem dúvidas a respeito de tal propósito: Brasil e Portugal eram classificados como “países irmãos” (OLIVEIRA, 1915: 202), sendo Portugal a “pátria-mãe” (OLIVEIRA, 1915: 196) e o Brasil o “filho próspero” (OLIVEIRA, 1915: 196); e seus povos viveriam dum “mesmo ideal” (BARROS, 1915: 3). A natureza da relação entre os dois países era fraternal, e as ideias defendidas aos longos dos inúmeros artigos era que Portugal era um elemento essencial da nacionalidade e do progresso brasileiro – auxílio dado à época da colonização e continuada com a imigração portuguesa para o Brasil como o elemento de preservação da raça lusa e latinidade do país.

Nas páginas do mensário, o perigo alemão e o pangermanismo são usados para justificar o estreitamento das relações entre os dois países. A Alemanha é representada como uma nação hostil aos países latinos e, apesar de reconhecida a genialidade de sua produção intelectual, militar e comercial, seria uma besta brutal e dificilmente destrutível. O pangermanismo, por sua vez, configuraria como uma ameaça concreta em relação ao Brasil, tendo a face dos imigrantes de origem germânica, ameaçando formar uma América do Sul alemã. O estímulo e a priorização da imigração portuguesa para o Brasil, por conta das semelhanças raciais e culturais, e o estreitamento dos laços luso-brasileiros era a solução apontada no mensário para resguardar o Brasil desses males. Mesmo após a guerra, em 1919, Graça Aranha afirmou a necessidade e as vantagens da união luso-brasileira, contribuindo para a ascensão brasileira como grande nação e para o combate do *perigo alemão*.

Tais ideais demonstram a confluência do discurso da *Atlântida* com a Liga Brasileira pelos Aliados. Ambos defendiam a oposição entre a civilização germânica e a civilização latina, o caráter predatório da primeira sobre a segunda e a vilanização da Alemanha. Eram contrários, também, à imigração alemã no Brasil, vendo-a como uma ameaça à nacionalidade desse país, além de defenderem a existência do perigo alemão e do pangermanismo. E, não por acaso, nos quadros dos colaboradores do mensário

figuram membros da Liga Brasileira. Afrânio Peixoto e Coelho Neto comumente publicavam na revista seus poemas e escritos; Vitor Vianna escreveu um artigo sobre a importância da preservação da cultura e língua portuguesa no Brasil para a preservação da nacionalidade, mencionando a resistência dos imigrantes alemães, italianos e polacos ao processo de assimilação; Olavo Bilac, em ocasião de sua visita a Lisboa, foi recebido com um banquete em sua homenagem oferecido pela *Atlântida*, por ser um importante parceiro na causa defendida pelo mensário. De todos esses casos, o de Graça Aranha é o mais notável. O escritor possuiu uma participação mais ativa, assumindo o cargo de diretor e representante da revista em Paris, e recebendo, inclusive, a Ordem de Cristo por serviços prestados a Portugal.

Dessa forma, podemos concluir que uma extensa e ativa rede de letrados estendia-se do Brasil a Portugal, reunida em torno da ideia da existência de um perigo alemão, durante o período da Primeira Guerra Mundial. A ameaça da concretização do plano pangermanista exposto no livro de André Chéradame tornou-se um argumento para que os intelectuais da Liga Brasileira pelos Aliados, pudessem defender o seu ideal de nacionalidade brasileira e torná-la uma nação civilizada, lançando-a na modernidade. A associação ao projeto da criação de uma comunidade luso-brasileira da revista *Atlântida* promoveu a união de duas forças que pretendiam alçar os seus países ao grau das grandes potências mundiais, buscando no maquiavelismo do pangermanismo e em sua ascendência latina a brecha para a entrada nesse grupo restrito. A questão, afinal, girava em torno da construção da nacionalidade de dois países que, ora almejava o prestígio perdido num passado de glórias, ora pretendia provar a sua importância e valor para o mundo, mostrando a grandeza de sua linhagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEVEDO, Maria Helena Castro. *Um senhor modernista: biografia de Graça Aranha*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.

CHÉRADAME, André. *O plano pangermanista desmascarado: a terrível cilada berlineza da partida nula*. Paris: Garnier, 1917.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (org.) *Afinidades Atlântidas*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1871-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.) *História Geral da Civilização Brasileira. Vol. 8 Tomo III*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 1916 a 1917.

JORNAL DO COMMÉRCIO. Rio de Janeiro. 1916 a 1917.